

Lisboa, Metrópole da Espanha Meridional

*Nuno Marques**

De tão indivisíveis, coesos e unos, ainda aceitarmos a proposta de um espanhol de nome *Andrés Precado Ledo*, que no seu livro *Ciudad e Desarrollo Urbano* aponta Madrid como *um novo centro difusor desenvolvimento capaz de contribuir para a dinamização de novos espaços de crescimento em conexão com as três metrópoles da Espanha Meridional, que são, Málaga, Sevilha e..., Lisboa*. Aí está. É o desenvolvimento! O Portugal – Nova Região e a Espanha – Potência da Velha Europa.

Lisboa, Metrópole da Espanha Meridional

O Algarve Costeiro e a *Fachada* litoral compreendida entre a Península de Setúbal e o Minho, são as áreas do território nacional cujas densidades populacionais se apresentam mais elevadas. Ao invés, no interior de Portugal, a população sofre um acentuado decréscimo. Por muitos falada, criticada, atacada ou defendida, a **regionalização** – processo de institucionalização de regiões administrativas – não arranca. Falta de coragem política dos governos, desadequação da Constituição da República Portuguesa (CRP) face às novas *integrações*, pressões de vária ordem favoráveis e contrárias, enfim, toda uma panóplia argumentativa que apenas tem contribuído para gerar o impasse em todo o processo. Consequência disso mesmo, os portugueses preferem nem ouvir falar do *loteamento* que se vislumbra. Vejo o tempo passar sem que este processo das regiões tome rumo. O tempo passa e as assimetrias estabelecem-se. A marca fica. E essa marca não é assim tão insignificante. Litoralizam-se os cidadãos, desertifica-se o Interior, abandonam-se os campos, envelhecem as populações, pressiona-se a costa. Geram-se desequilíbrios.

Têm saído à rua chavões caracterizadores da regionalização. É *descentralização, aproximação do poder, desconcentração, divisão do território, etc.* De facto são caracterizadores. Não são é **esclarecedores**. Boaventura Sousa Santos dizia à meses atrás, em crónica para a revista *Visão*, que era preciso **re-regionalizar**. Que no fundo era necessário iniciar tudo de novo. Desde o início. Se pretendemos desconcentrar, devemos assimilar que o balanço que é feito em relação à concentração, é claramente desfavorável à sua continuidade – á continuidade deste modelo de organização administrativa do território. E isso não tem sido feito. Centralismo significa desequilíbrio, assimetria. Em Portugal também bipolaridade. Centralismo é a existência, num quadro onde se apregoa o igual número de oportunidades entre os cidadãos, de 7 faculdades de Direito de Lisboa e de 5 no Porto, é o facto de 70.000 alunos de todo o país se encontrarem em Lisboa a frequentarem o ensino superior é o poder de compra dos cidadãos Lisboetas serem 80% superior à média nacional, é a atribuição de 12 milhões de contos de subsídios estatais às empresas de transportes públicos de Lisboa e Porto e não se dar nada às restantes, é o aumento exponencial dos indicadores de criminalidade. É a megalopolização. É a desertificação. São as deseconomias, as desigualdades, as rupturas. As desactivabilidades. As insustentabilidades.

O Subdesenvolvimento

O centro gravitacional da Europa Ocidental está repartido por três macro regiões. O *Arco Alpino e as Regiões Peri Alpinas*, *pivot* nas trocas entre o norte e o sul da Europa ou Médio Oriente, pelo porto marítimo de Génova, a *Europa Nórdica*, base energética da Europa Ocidental pelas reservas de petróleo e gás do Mar Norte e Mar da Noruega, e a *Europa das Regiões Centrais e das Cidades Capital* onde se concentram os principais interfaces marítimos (porto de Roterdão) e aéreos (aeroportos de Londres, Paris, Frankfurt, Amesterdão e Bruxelas), ou os serviços internacionais ligados à finança. É por aqui que se distribuem, as firmas multinacionais, as praças financeiras de relevo

(Londres, Frankfurt), os portos europeus de nível internacional, os aeroportos de maior intensidade de tráfego, onde se realizam as principais feiras e salões, os congressos de nomeada e onde o crescimento populacional é caracterizado pela sua estabilidade.

Portugal está incluído no que correntemente se apelida de Europa Periférica, em conjunto com países como a Grécia, a Espanha ou a Irlanda, ou regiões como o sul de Itália, fortemente polarizadas onde se acentuam as assimetrias. É bom que tenhamos a consciência de que é este o *croqui* do contexto em que nos inserimos, e que notemos tudo o que daí condiciona os nossos actuais e futuros estágios de desenvolvimento.

As recentes transformações verificadas em Portugal assumiram algumas características que directamente inflacionam as possibilidades do desenvolvimento do país. A população envelheceu, os hábitos de consumo mudaram. Como mudou também o quadro de distribuição espacial da população que se reparte fundamentalmente pelas duas áreas metropolitanas (37% do total), e por centros urbanos de dimensão variável responsáveis por acolher a restante migração rural. Consequentemente, assistiu-se à desertificação dos campos e ao reforço da litoralização das actividades económicas, passando-se rapidamente para o desenvolvimento do sector terciário responsável hoje pela grande fatia da oferta de emprego (51,3%). Ainda assim estamos longe de atingir os índices europeus de fixação da população em meio urbano.

No centro de gravidade Europeu, exceptuando-se por razões históricas os grandes centros que são Londres, Paris/l'île-de-France (este mais polarizador) e Berlim (bem mais periférico), não constam regiões urbanas onde se concentrem tantos habitantes como nas áreas metropolitanas de Lisboa ou Porto. Parte do seu grande dinamismo económico provém do funcionamento articulado de redes de cidades com menos de um milhão de habitantes, onde as baixas deseconomias geradas pela estabilidade dos aglomerados, são compensadas pelas elevadas produtividades originadas pela diversidade das actividades económicas que aí se desenvolvem.

Os problemas estruturais existentes no nosso país, para além de constituírem um entrave ao investimento estrangeiro, embargam o seu próprio desenvolvimento endógeno. A mão-de-obra pouco qualificada, os sistemas de transporte e comunicação pouco evoluídos, a fraca adequação do sistema urbano nacional a novas exigências infra-estruturais fundamentais para a captação de novas formas de investimento que não as tradicionais, entre outros, constituem as bases das fragilização e da insustentabilidade da nossa economia e do nosso desenvolvimento, tornando débeis os pilares onde pode assentar o sucesso.

Desburocratizar e desconcentrar os mecanismos e as estruturas de decisão tendo presente este diagrama, não só é fundamental como imperioso. Aproximar a decisão é encurtar os caminhos, é apostar na responsabilização e no incentivo próprio de quem tem que as tomar, é diagnosticar positivamente as oportunidades, que são poucas, e potenciá-las de modo activo. É, acima de tudo, investir nos portugueses. De que outra maneira podemos reforçar o Poder Local senão pela sua aproximação à Decisão?

Criar regiões administrativas, não é retalhar o país, mas sim revigorá-lo. É fazer de Portugal um país da Europa e não uma região da Espanha. Tornar Lisboa numa Metrópole da Europa Meridional, é fazê-la representante de um país que é o nosso e não somente de um terço de Portugueses Metropolitanos. E, para os descrentes e sentimentalistas, aqueles que miram tudo isto como o último buraco onde nos falta cair, tenham a virtude de não boicotar o dinamismo em função da estagnação. Para os apoiantes da feudalização partidária de Portugal, sugiro apenas bom senso. Para os outros...

*Nuno Marques, Estudante do 4º Ano do Curso de Urbanismo na ULHT.
Ilustração: Nuno Marques (desenho), Fernando Valente, João Biscaia (fotomontagens).